

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	2009	2008	Passivo e patrimônio líquido	2009	2008
Ativo			Circulante	18.772	1.671
Circulante	12.962	9.361	Outras obrigações (Nota 6 e 7)	18.772	1.671
Disponibilidades	19	1	Fiscais e previdenciárias	18.298	1.183
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	12.899	9.306	Negociação e intermediação de valores	26	50
Carteira própria	12.899	9.306	Diversas	448	438
Outros créditos (Nota 6)	44	54	Exigível a longo prazo	24.582	44.747
Negociação e intermediação de valores	26	45	Outras obrigações (Nota 6 e 7)	24.582	44.747
Diversos	18	9	Fiscais e previdenciárias	24.512	44.668
Realizável a longo prazo	76.170	70.203	Diversas	70	79
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	49.612	45.295	Patrimônio líquido (Nota 9)	45.848	33.623
Aplicações em depósitos interfinanceiros	49.612	45.295	Capital social	19.999	19.999
Outros créditos (Nota 6)	26.558	24.908	De domiciliados no país	19.999	19.999
Diversos	26.558	24.908	Reservas de capital	4.604	4.604
Permanente	70	477	Reservas de lucros	21.245	3.764
Investimentos	70	477	Lucros acumulados	-	5.256
Outros investimentos	104	511			
Provisão para perdas	(34)	(34)			
Total do ativo	89.202	80.041	Total do passivo e patrimônio líquido	89.202	80.041

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2007	19.999	1.905	2.583	1.177	-	5.256	30.920
Atualização de títulos patrimoniais	-	116	-	-	-	-	116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.587	2.587
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	130	-	(130)	-
Reserva estatutária (Nota 9)	-	-	-	-	2.457	(2.457)	-
Em 31 de dezembro de 2008	19.999	2.021	2.583	1.307	2.457	5.256	33.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.225	12.225
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	611	-	(611)	-
Reserva estatutária (Nota 9)	-	-	-	-	16.870	(16.870)	-
Em 31 de dezembro de 2009	19.999	2.021	2.583	1.918	19.327	-	45.848
Em 30 de junho de 2009	19.999	2.021	2.583	1.382	7.713	1.419	35.117
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	10.731	10.731
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	536	-	(536)	-
Reserva estatutária (Nota 9)	-	-	-	-	11.614	(11.614)	-
Em 31 de dezembro de 2009	19.999	2.021	2.583	1.918	19.327	-	45.848

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada integral do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, considerando as alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória (MP) nº 449/08 (convertida em Lei nº 11.941/09), associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis - (a) **Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência de exercícios. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535 do CMN. (i) **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (f) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 9% até a competência de abril de 2008 e a 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727 de 2008. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/2009. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2009, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. (g) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 49.612 (2008 - R\$ 45.295) com vencimento em janeiro de 2012 (2008 - janeiro de 2012).

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2009	Valor de mercado 2008
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	-
• LFT	12.899	-	12.899	9.306
Total da carteira de TVM	12.899	-	12.899	9.306

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Carteira própria				
• LFT	6.720	-	6.719	12.899
Total 2009	6.720	-	6.719	12.899
Total 2008	4.539	4.029	738	9.306

6. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 22.250 (2008 - R\$ 20.737) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.250 (2008 - R\$ 4.110). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 5.088 (2008 - R\$ 1.183), classificadas no circulante, e a provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 37.722 (2008 - R\$ 44.668), classificadas no circulante e no exigível a longo prazo. As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos".

7. Passivos contingentes e obrigações legais - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Por ocasião desta revisão e do processo de adesão à Anistia, no último trimestre de 2009 foram revertidos valores que estavam provisionados, mas que já tinha operado o período de decadência tributária, bem como foi constituída provisão complementar relativa ao caso (iii) acima, conforme apresentado em 7a.2. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2009	2008	2009	2008
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais	22.250	20.728	37.722	44.668
Trabalhistas	-	9	-	9
Total	22.250	20.737	37.722	44.677

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Trabalhistas	Total
	Obrigações Legais	Obrigações Legais		
Saldo inicial	44.668	9	9	44.677
Despesas financeiras - juros	2.477	1	1	2.478
Constituições	1.260	-	-	1.260
Pagamentos	-	(4)	(4)	(4)
Reversões	(10.683)	(6)	(10.689)	(10.689)
Saldo final	37.722	-	-	37.722

8. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2009	2008
Contingências fiscais	4.076	3.932
Provisão de honorários advocatícios	162	166
Contingências trabalhistas	-	4
Outros	12	8
Total de créditos tributários - ativo	4.250	4.110

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionista
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 1. Examinamos os balanços patrimoniais da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação

das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2009	2008
Receitas da intermediação financeira	2.542	5.418	6.117
Resultado de títulos e valores mobiliários	2.542	5.418	6.117
Resultado bruto da intermediação financeira	2.542	5.418	6.117
Outras receitas (despesas) operacionais	9.455	9.059	(2.025)
Receitas de prestação de serviços	1	6	6
Outras despesas administrativas	(57)	(146)	(355)
Despesas tributárias	(189)	(332)	(785)
Outras receitas operacionais (Nota 11 a)	11.152	12.059	1.556
Outras despesas operacionais (Nota 11 b)	(1.452)	(2.528)	(2.447)
Resultado operacional	11.997	14.477	4.092
Resultado não operacional (Nota 11 c)	4.406	4.406	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	16.403	18.883	4.092
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(5.672)	(6.658)	(1.505)
Provisão para imposto de renda	(3.330)	(4.024)	(2.261)
Provisão para contribuição social	(2.343)	(2.774)	(1.093)
Ativo fiscal diferido	1	140	1.849
Lucro líquido do semestre/exercício	10.731	12.225	2.587
Número de ações	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	214,62	244,50	51,74

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2009	2008
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado	6.325	7.819	2.587
Lucro Líquido	10.731	12.225	2.587
Ajuste ao Lucro Líquido:	(4.406)	(4.406)	-
(Ganho) na alienação de Investimentos	(4.406)	(4.406)	-
Varição de Ativos e Obrigações	(11.120)	(12.614)	(2.592)
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.895)	(4.317)	(5.089)
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(5.088)	(3.593)	1.556
(Aumento) em Outros Créditos	(542)	(1.640)	(3.340)
Redução em Outros Valores e Bens	1	-	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(3.231)	(1.032)	6.502
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(365)	(2.032)	(2.221)
Caixa líquido (utilizado) de atividades operacionais	(4.795)	(4.795)	(5)
Atividades de Investimento			
Alienação de Investimentos	407	407	-
Ganho na alienação de Investimentos	4.406	4.406	-
Caixa líquido proveniente de atividades de Investimento	4.813	4.813	-
Aumento/(Redução) líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18	18	(5)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1	1	6
Caixa e Equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	19	19	1
Aumento/(Redução) líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18	18	(5)

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 157 (2008 - R\$ 1.855), tendo sido realizado R\$ 17 (2008 - R\$ 7). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 4.250 é estimada em 2,5% ao ano do 2º ao 5º ano, 5% no 6º ano, 10% no 7º ano, 20% no 8º ano, 25% no 9º ano e 30% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apuradas com base em informações de mercado monta a R\$ 1.607 (2008 - R\$ 1.596). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2009 e 2008. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.883	4.092
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(7.553)	(1.637)
Diferença de alíquota de CSLL - corrente e diferido	-	292
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(121)	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(121)	304
Constituição/reversão de provisões contingentes	1.016	(172)
Total da Despesa de IR e CSLL no exercício	(6.658)	(1.505)

9. Patrimônio líquido - O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros - Estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2009 e poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. Em atendimento à Resolução nº 3.605 do BACEN, a Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros - Estatutária, após a constituição de reserva legal. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

10. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan)

	2009		2008	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Disponibilidades	19	-	1	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	49.612	4.478	45.295	4.974
Negociação e intermediação de valores	6	-	-	-